

G-20

CÚPULA DE PITTSBURGH

24 E 25 DE SETEMBRO DE 2009

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES

Índice

Preâmbulo	
Marco para o crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado.....	§ 2 – 9
Fortalecimento do sistema de regulação financeira internacional.....	§ 10 – 16
Modernização de nossas instituições globais para refletir a economia global de hoje.....	§ 17
Reforma do mandato, missão e governança do FMI.....	§ 18 – 21
Reformar a missão, o mandato e a governança de nossos bancos de desenvolvimento.....	§ 22 – 27
Segurança energética e mudança do clima.....	§ 28 – 33
Fortalecer o apoio para os mais vulneráveis.....	§ 34 – 42
Colocando os empregos de qualidade no centro da recuperação econômica.....	§ 43 – 47
Uma economia aberta e global.....	§ 48 – 49
A partir de Pittsburgh	§ 50
ANEXO: Valores Básicos para a Atividade Econômica Sustentável	
ANEXO: Marco para o Crescimento Vigoroso, Sustentável e Equilibrado	

PREÂMBULO

1. Reunimo-nos em momento crucial de transição entre a crise e a recuperação econômica, a fim de virar a página de uma era de irresponsabilidade e adotar um conjunto de políticas, regulamentações e reformas que atendam às necessidades da economia global do século XXI.
2. Quando nos reunimos pela última vez, em abril, enfrentávamos o maior desafio de nossa geração frente à economia mundial.

Cúpula de Pittsburgh – Declaração dos Líderes

3. A produção global contraía-se num ritmo nunca visto desde os anos 1930. O comércio exterior estava em queda. Os empregos desapareciam rapidamente. Preocupava nossos povos que o mundo pudesse estar à beira de uma depressão.
4. Naquela ocasião, nossos países concordaram em fazer tudo o que fosse necessário para assegurar a recuperação econômica, reparar os sistemas financeiros e manter os fluxos globais de capitais.
5. Funcionou.
6. Nossa firme resposta contribuiu para interromper o declínio agudo e perigoso da atividade global e estabilizar os mercados financeiros. A produção industrial agora aumenta em quase todas as nossas economias. O comércio internacional começa a se recuperar. Nossas instituições financeiras estão levantando o capital necessário, os mercados financeiros demonstram disposição de investir e conceder empréstimos, e a confiança aumentou.
7. Hoje, revisamos o progresso realizado desde a Cúpula de Londres, em abril. Nossos compromissos nacionais de restabelecer o crescimento resultaram nos maiores e mais coordenados estímulos fiscais e monetários já realizados. Agimos em conjunto para aumentar dramaticamente os recursos necessários para evitar que a crise se espalhasse por todo o mundo. Adotamos medidas para reparar um sistema regulatório falho e começamos a implementar amplas reformas para reduzir o risco de que os excessos financeiros voltem a desestabilizar a economia global.
8. A percepção de normalidade não deve levar à complacência.
9. O processo de recuperação e reparação permanece incompleto. Em muitos países, o desemprego mantém-se em níveis inaceitavelmente altos. As condições para a recuperação da demanda privada ainda não estão dadas em sua plenitude. Não podemos descansar até que a economia global esteja totalmente recuperada, e as famílias trabalhadoras em todo o mundo possam encontrar empregos dignos.
10. Hoje nos comprometemos a manter nossa firme resposta política até que esteja assegurada uma recuperação duradoura. Agiremos para garantir que, quando o crescimento voltar, também haverá empregos. Evitaremos qualquer retirada prematura dos estímulos. Ao mesmo tempo, prepararemos nossas estratégias de saída e, quando chegar a hora, eliminaremos, de forma cooperativa e coordenada, nossas políticas extraordinárias de apoio, mantendo nosso compromisso para com a responsabilidade fiscal.
11. Mesmo durante o trabalho de recuperação, comprometemo-nos a adotar as políticas necessárias para estabelecer os alicerces para o crescimento vigoroso, sustentado e equilibrado no século XXI. Reconhecemos que temos de agir com

vigor para superar o legado da grave crise econômica recente e para ajudar as pessoas a enfrentarem suas conseqüências. Queremos crescimento sem ciclos de expansão e contração excessivos, e mercados que promovam responsabilidade e não imprudência.

12. Hoje, concordamos em:
13. *Lançar um marco que estabeleça as políticas e a forma de trabalharmos juntos para gerar um crescimento global vigoroso, sustentável e equilibrado.* Precisamos de uma recuperação duradoura, que crie os empregos de qualidade de que carecem nossos povos.
14. Temos de promover a mudança de fontes públicas para fontes privadas de demanda, estabelecer um padrão de crescimento, em todos os países, que seja mais sustentável e equilibrado, e reduzir os desequilíbrios de desenvolvimento. Comprometemo-nos a evitar surtos de crescimento e quedas desestabilizadoras nos preços dos ativos e do crédito, e adotar políticas macroeconômicas compatíveis com a estabilidade dos preços, que promovam uma demanda global adequada e equilibrada. Efetuaremos também progresso decisivo nas reformas estruturais que estimulem a demanda privada e fortaleçam o potencial de crescimento de longo prazo.
15. Nosso Marco para o Crescimento Vigoroso, Sustentável e Equilibrado é um pacto pelo qual nos comprometemos a trabalhar em conjunto na avaliação de como nossas políticas se integram, verificar se são coletivamente compatíveis com o crescimento mais sustentável e equilibrado, e agir como necessário para atingir nossos objetivos comuns.
16. *Garantir que nosso sistema regulatório para os bancos e outras empresas financeiras controle os excessos que levaram à crise.* Considerando que o comportamento negligente e a falta de responsabilidade levaram à crise, não permitiremos o retorno às práticas bancárias até então habituais.
17. Comprometemo-nos a agir em conjunto para elevar os padrões de capital, implementar estritos padrões internacionais de remuneração para acabar com práticas que incentivaram a excessiva tomada de riscos, melhorar o mercado de derivativos de balcão e criar ferramentas mais poderosas para tornar as grandes firmas globais responsáveis pelos riscos que assumirem. Os padrões para grandes empresas financeiras globais devem ser proporcionais aos custos de sua falência. Para todas essas reformas, estabelecemos prazos precisos e rigorosos.
18. *Reformar a arquitetura global para atender às necessidades do século XXI.* Após a crise, os atores relevantes devem sentar à mesa de negociações investidos de plenos poderes para atuar em nossas instituições, permitindo nossa cooperação

com vistas ao estabelecimento dos alicerces para o crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado.

19. Designamos o G-20 como o principal foro para a nossa cooperação econômica internacional. Criamos o Conselho de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Bureau – FSB*) para incluir as principais economias emergentes e saudamos seus esforços em coordenar e monitorar o progresso no fortalecimento da regulamentação financeira.
20. Estamos comprometidos com uma transferência das quotas de participação no Fundo Monetário Internacional (FMI) para os mercados emergentes e os países em desenvolvimento dinâmicos de, no mínimo, 5% dos países sobre-representados para países sub-representados, utilizando a fórmula atual de quotas como a base para esse trabalho. Hoje, registramos o cumprimento de nossa promessa de contribuir com mais de US\$ 500 bilhões para um renovado e expandido Novo Arranjo para Empréstimos (*New Arrangements to Borrow – NAB*) do FMI.
21. Enfatizamos a importância de adotar-se, no Banco Mundial, uma fórmula dinâmica que reflita sobretudo a evolução do peso econômico dos países e a missão de desenvolvimento do Banco, e que gere um aumento de pelo menos 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição, em benefício dos países sub-representados. Tendo presente a contribuição dos países sobre-representados, será importante proteger o poder de voto dos países pobres menores. Instamos o Banco Mundial a desempenhar um papel de liderança na resposta a problemas cuja natureza requeira ação coordenada em nível global, como mudança climática e segurança alimentar, e concordamos que o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento devam ter recursos suficientes para dar resposta a esses desafios e cumprir seus mandatos.
22. *Tomar novas medidas para aumentar o acesso a alimentos, combustíveis e financiamento pelos mais pobres do mundo, restringindo os fluxos externos ilícitos.* Medidas para reduzir o hiato de desenvolvimento podem ser um forte propulsor do crescimento global.
23. Mais de quatro bilhões de pessoas permanecem com baixo nível de educação, com acesso precário a capital e tecnologia, bem como insuficientemente integradas à economia global. Precisamos trabalhar juntos para implementar as mudanças políticas e institucionais necessárias para acelerar a convergência dos padrões de vida e produtividade nas economias emergentes e em desenvolvimento para os níveis das economias avançadas. Para começar, instamos o Banco Mundial a desenvolver um novo fundo fiduciário (*trust fund*) para o financiamento da nova Iniciativa de Segurança Alimentar para países de baixa renda, anunciada no verão passado. Aumentaremos, em bases voluntárias, o

financiamento para programas que levem energia limpa e acessível para os mais pobres, como o Programa de Expansão da Energia Renovável.

24. *Eliminar gradualmente e racionalizar no médio prazo os subsídios ineficientes para combustíveis fósseis, sem deixar de prestar apoio direcionado aos mais pobres.* Os subsídios ineficientes para os combustíveis fósseis encorajam o consumo com desperdício, reduzem a segurança energética, impedem o investimento em fontes de energia limpa e prejudicam os esforços para lidar com a ameaça da mudança do clima.
 25. Instamos os Ministros da Fazenda e Energia a relatarmos, em nossa próxima reunião, suas estratégias de implementação e o cronograma de ação para o cumprimento desse compromisso crucial.
 26. Promoveremos a transparência e a estabilidade nos mercados de energia como parte de nosso esforço mais amplo em evitar a volatilidade excessiva.
 27. *Manter nossa abertura e caminhar em direção a um crescimento mais verde e mais sustentável.*
 28. Combateremos o protecionismo. Estamos empenhados em conduzir a Rodada de Doha a uma conclusão bem sucedida em 2010.
 29. Não mediremos esforços para chegar a um acordo em Copenhague pelas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).
 30. Acolhemos com satisfação o relatório da presidência da Cúpula de Londres, encomendado em nossa última reunião e hoje publicado.
 31. Por fim, concordamos em nos reunir no Canadá, em junho de 2010, e na Coreia, em novembro de 2010. Esperamos encontros anuais a partir de então, e nos reuniremos na França em 2011.
-

1. Avaliamos os progressos alcançados em conjunto no enfrentamento da crise global e concordamos em preservar nossas medidas de apoio à atividade econômica até que a recuperação esteja assegurada. Comprometemo-nos, igualmente, com medidas adicionais para garantir o crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado, a construção de um sistema financeiro mais sólido, a redução dos desequilíbrios de desenvolvimento e a modernização de nossa arquitetura de cooperação econômica internacional.

Marco para o crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado

2. O crescimento da economia global e o êxito do nosso esforço coordenado de resposta à recente crise têm fortalecido os argumentos em favor de uma cooperação internacional mais sustentada e sistemática. No curto prazo, devemos continuar a implementar nossos programas de estímulo à atividade econômica até que a recuperação se tenha claramente consolidado. Precisamos também elaborar um processo transparente e confiável, a ser implementado quando a recuperação estiver plenamente assegurada, de retirada de nosso apoio extraordinário de natureza fiscal, monetária e financeira. Encarregamos os Ministros da Fazenda, em sua reunião de novembro, trabalhando com subsídios do FMI e do FSB, de continuar o desenvolvimento de estratégias de saída, coordenadas e cooperativas, reconhecendo que a dimensão, a oportunidade e a seqüência desse processo variarão de acordo com o país ou região e com os tipos de medidas de política econômica. Devem ser elaboradas estratégias de saída confiáveis, a serem anunciadas de forma clara, a fim de embasar as expectativas e reforçar a confiança.
3. O FMI estima que o crescimento mundial será retomado este ano, elevando-se para quase 3% no final de 2010. Em seguida, nosso objetivo será fazer com que a economia global retome um crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado, sem deixar de reafirmar nosso compromisso com a responsabilidade e sustentabilidade fiscal, com reformas para aumentar nosso potencial de crescimento e capacidade de gerar empregos, e com políticas concebidas para evitar tanto novas bolhas de ativos como a reemergência de fluxos financeiros globais insustentáveis. Comprometemo-nos a implementar as medidas de política econômica necessárias para atingir esses objetivos.
4. Precisaremos trabalhar juntos no gerenciamento da transição para um padrão mais equilibrado de crescimento global. A crise e as nossas respostas iniciais de política econômica já produziram mudanças significativas no padrão e no nível de crescimento em diversos países. Muitos já adotaram medidas importantes para ampliar a demanda interna, aquecendo a atividade global e reduzindo os desequilíbrios. Em alguns, o aumento da poupança privada, em andamento, terá

de ser ampliado, no devido tempo, mediante o incremento da poupança pública. Para garantir uma recuperação vigorosa, será necessário fazer ajustes nos diferentes setores da economia mundial, mediante a adoção de políticas macroeconômicas que estimulem, de modo adequado e equilibrado, a demanda mundial, bem como progredir significativamente em matéria de reformas estruturais que ativem a demanda interna privada, reduzam o hiato de desenvolvimento global e fortaleçam o potencial de crescimento de longo prazo. O FMI estima que somente com esses ajustes e realinhamentos o crescimento global atingirá um padrão vigoroso, sustentável e equilibrado. Embora os governos tenham começado a se orientar na direção correta, o entendimento compartilhado e o diálogo aprofundado ajudarão a construir um padrão de crescimento estável, duradouro e sustentável. O aumento do nível de vida nos mercados emergentes e nos países em desenvolvimento também é um elemento crucial para se chegar ao crescimento sustentável da economia global.

5. Lançamos hoje o Marco para o Crescimento Vigoroso, Sustentável e Equilibrado. Para implementar esse marco, comprometemo-nos a desenvolver um processo no qual estabeleceremos nossos objetivos, apresentaremos políticas para atingir esses objetivos e avaliaremos em conjunto o nosso progresso. Pediremos ao FMI que nos assista com análise de como se combinam nossos respectivos marcos nacionais ou regionais de políticas. Pediremos ao Banco Mundial que nos assessoro quanto aos progressos na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza como parte do reequilíbrio do crescimento global. Trabalharemos juntos para garantir que as políticas fiscais, monetárias, comerciais e estruturais que buscamos sejam coletivamente compatíveis com trajetórias mais sustentáveis e equilibradas de crescimento. Empreenderemos políticas macroprudenciais e regulatórias para ajudar a evitar que ciclos de preços de ativos e de créditos se transformem em forças de desestabilização. Ao assumirmos o compromisso de implementar novo modelo de crescimento sustentável, devemos encorajar os trabalhos sobre métodos de medição que levem mais em conta as dimensões social e ambiental do desenvolvimento econômico.
6. Instamos nossos Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais a lançar o novo Marco até novembro, iniciando o processo cooperativo de avaliação mútua dos marcos de políticas nacionais e de suas implicações sobre o padrão e a sustentabilidade do crescimento global. Acreditamos que as consultas regulares, o fortalecimento da cooperação em matéria de políticas macroeconômicas, a troca de experiências de políticas estruturais e o monitoramento contínuo promoverão a adoção de políticas sólidas e assegurarão uma economia global robusta. Nosso pacto é o seguinte:
 - Os membros do G-20 concordarão em compartilhar objetivos de política econômica. Esses objetivos devem ser atualizados com a evolução das condições.

Cúpula de Pittsburgh – Declaração dos Líderes

- Os membros do G-20 estabelecerão marcos de política econômica de médio prazo e trabalharão em conjunto na avaliação das implicações coletivas de nossos marcos nacionais sobre o nível e o padrão do crescimento global e na identificação dos riscos potenciais para a estabilidade financeira.
 - Os Líderes do G-20 deliberarão, com base nos resultados da avaliação mútua, e acordarão as ações necessárias para atingir nossos objetivos comuns.
7. Esse processo somente será bem sucedido se estiver apoiado pela análise sincera, imparcial e equilibrada de nossas políticas. Pedimos ao FMI que assista nossos Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais nesse processo de avaliação mútua, mediante o desenvolvimento de uma análise prospectiva para saber se as políticas adotadas individualmente pelos países do G-20 são coletivamente compatíveis com trajetórias mais sustentáveis e equilibradas da economia global, e que se reporte regulamente ao G-20 e ao Comitê Monetário e Financeiro Internacional (*International Monetary and Financial Committee – IMFC*), com base nas análises existentes de supervisão bilateral e multilateral, sobre o desenvolvimento econômico global, os padrões de crescimento e as sugestões de ajustes de políticas. Nossos Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais aprofundarão esse processo em sua reunião de novembro, e nós revisaremos os resultados da primeira avaliação mútua na próxima Cúpula.
 8. Essas políticas nos ajudarão a cumprir nossa responsabilidade, para com a comunidade das nações, de construir um sistema financeiro internacional mais resiliente e de reduzir os desequilíbrios de desenvolvimento.
 9. A partir da proposta, lançada pela Primeira-Ministra Merkel, de uma Carta, sobre a qual continuaremos a trabalhar, adotamos hoje os Valores Básicos para a Atividade Econômica Sustentável, que incluirão a correção, a integridade e a transparência, e que embasarão o Marco.

Fortalecimento do sistema de regulação financeira internacional

10. Falhas graves de regulação e supervisão, além de riscos imprudentes e irresponsáveis assumidos pelos bancos e outras instituições financeiras, criaram fragilidades financeiras perigosas que contribuíram de forma significativa para a crise atual. O retorno à tomada de riscos excessivos, predominante em alguns países antes da crise, não é uma opção.
11. Desde o início da crise global, desenvolvemos e começamos a implementar amplas reformas para lidar com as raízes da crise e transformar o sistema de regulação financeira global. Progrediu-se substancialmente no fortalecimento da supervisão prudencial, no aprimoramento da gestão de risco, no fortalecimento da transparência, na promoção da integridade dos mercados, no estabelecimento de

colegiados de supervisores e no reforço da cooperação internacional. Aprimoramos e expandimos o âmbito da regulação e da supervisão, com normas mais rigorosas para derivativos de balcão (*over-the-counter - OTC*), mercados de securitização, agências de classificação de risco e fundos *hedge*. Endossamos o fortalecimento institucional do FSB por meio de sua Carta, após seu estabelecimento em Londres, e acolhemos com satisfação seus relatórios aos Líderes e aos Ministros. Os esforços contínuos do FSB de monitoramento dos avanços serão essenciais para a implementação plena e coerente das reformas necessárias. Instamos o FSB a relatar os avanços aos Ministros da Fazenda e aos Presidentes de Bancos Centrais do G-20 antes de nossa próxima Cúpula de Líderes.

12. Ainda assim, nosso trabalho não terminou. Muito mais deve ser feito para proteger consumidores, depositantes e investidores contra práticas abusivas do mercado, para promover padrões de alta qualidade e para ajudar a garantir que o mundo não volte a enfrentar uma crise dessa magnitude. Comprometemo-nos a agir, em nível nacional e internacional, para juntos elevarmos os padrões, e assim permitir que nossas autoridades nacionais implementem padrões globais consistentes, de forma a garantir condições equivalentes de competição (*level playing field*) e evitar a fragmentação dos mercados, o protecionismo e a arbitragem regulatória. Nossos esforços para lidar com ativos depreciados e para incentivar o aumento de capital adicional devem continuar, onde seja necessário. Comprometemo-nos a realizar testes de estresse robustos e transparentes, se for o caso. Instamos os bancos a reter uma maior proporção dos lucros atuais, a fim de recompor capital, se for o caso, para lastrear os empréstimos. Os patrocinadores ou criadores de securitização devem reter uma parte do risco dos ativos subjacentes, para que lhes seja estimulado o comportamento prudente. É importante assegurar um equilíbrio adequado entre a regulação macro e microprudencial para controlar riscos e desenvolver os mecanismos necessários para monitorar e avaliar a acumulação de riscos macroprudenciais no sistema financeiro. Além disso, concordamos em aprimorar a regulação, o funcionamento e a transparência dos mercados financeiros e de produtos básicos (*commodities*), a fim de enfrentar a volatilidade excessiva dos preços desses produtos.
13. Na medida em que incentivamos a retomada da concessão de empréstimos às famílias e às empresas, devemos tomar cuidado para não favorecer o retorno às práticas que levaram à crise. As medidas que adotamos aqui, ao serem plenamente implantadas, resultarão em um sistema financeiro fundamentalmente mais sólido do que o prevalecente antes da crise. Se agirmos todos juntos, as instituições financeiras contarão com normas mais rígidas para a tomada de riscos, padrões de administração que alinhem a remuneração com o desempenho de longo prazo e maior transparência em suas operações. Todas as empresas cujo fracasso possa representar um risco para a estabilidade financeira devem estar sujeitas à supervisão e regulamentação consistentes, consolidadas e com elevados padrões. Nossa reforma é multifacetada, mas, em seu âmago, devem estar

incluídos padrões mais vigorosos de capital, complementados por incentivos claros para a mitigação das práticas de risco excessivo. O capital permite que os bancos enfrentem as perdas que inevitavelmente ocorrem. Em conjunto com ferramentas mais poderosas para que os governos fechem as empresas que fracassam, isso ajuda a manter as empresas responsáveis pelos riscos que assumem. Instamos os Ministros da Fazenda e os Presidentes de Bancos Centrais, a partir de sua Declaração sobre Medidas Adicionais para Fortalecer o Sistema Financeiro Internacional, a chegar a um acordo para um marco internacional de reformas nas seguintes áreas críticas:

- *Manutenção de capital de alta qualidade e mitigação da prociclicidade:* Comprometemo-nos a desenvolver, até o final de 2010, normas internacionalmente acordadas para melhorar tanto a quantidade como a qualidade do capital bancário, e desestimular a alavancagem excessiva. Essas normas serão incorporadas gradualmente, à medida que melhorem as condições financeiras e esteja garantida a recuperação econômica, com a meta de implementação até o final de 2012. A implementação nacional de exigências de capital mais elevadas e de melhor qualidade, amortecedores de capital contracíclicos, exigências mais elevadas de capital para produtos com maior risco e para atividades fora do balanço, como elementos do Acordo de Capital de Basileia II, em conjunto com o fortalecimento das exigências contra risco de liquidez e provisões contra riscos futuros, reduzirão os incentivos para que os bancos assumam riscos excessivos, criando um sistema financeiro mais bem preparado para resistir a choques adversos. Acolhemos as medidas-chave, recentemente acordadas pelo órgão de supervisão do Comitê da Basileia, para fortalecer a supervisão e a regulação do setor bancário. Apoiamos a introdução de uma taxa de alavancagem como medida suplementar ao acordo, baseado no risco, de Basileia II, com vistas a migrar para o tratamento Pilar 1, baseado em revisão e calibragem adequadas. Para garantir a comparabilidade, os detalhes da taxa de alavancagem serão internacionalmente harmonizados, com a plena realização de ajustes relativos a diferenças de normas de contabilidade. Todos os principais centros financeiros do G-20 assumem o compromisso de adotar o Acordo de Capital de Basileia II até 2011.
- *Reforma das práticas de remuneração para apoiar a estabilidade financeira:* A remuneração excessiva no setor financeiro tanto refletiu como estimulou a tomada de riscos excessivos. A reforma das políticas e práticas de remuneração é parte essencial de nosso esforço em elevar a estabilidade financeira. Endossamos plenamente os padrões de implementação do FSB, que procuram alinhar a remuneração com a criação de valor no longo prazo, e não com a tomada de riscos excessivos, inclusive mediante (i) o impedimento de bônus plurianuais garantidos; (ii) a exigência de que parte significativa da remuneração variável seja adiada e condicionada ao desempenho e sujeita a vínculos retroativos adequados, a ser concedida na forma de ações ou instrumentos similares, desde que criem incentivos alinhados à criação de valor

no longo prazo e a um horizonte temporal de risco; (iii) garantias de que a remuneração de executivos seniores e outros empregados, que tenha impacto material sobre a exposição ao risco da firma, se alinhe ao desempenho e ao risco; (iv) a transparência das políticas e estruturas de remuneração das firmas, por meio de exigências de divulgação; (v) limites à remuneração variável como percentagem do total das receitas líquidas, quando incompatível com a manutenção de uma base sólida de capital; e (vi) garantias de que as comissões que supervisionam as políticas de remuneração possam atuar de forma independente. Os supervisores devem ter responsabilidade sobre a revisão das políticas e estruturas de remuneração das firmas, levando em conta o risco institucional e sistêmico, e, se necessário para compensar os riscos adicionais, devem aplicar medidas corretivas, tais como exigências mais elevadas de capital às firmas que deixarem de implementar políticas e práticas sólidas de remuneração. Os supervisores devem ter capacidade para modificar as estruturas de remuneração em caso de falência ou necessidade de intervenção pública extraordinária nas empresas. Instamos as firmas a implementar imediatamente essas práticas sólidas de remuneração. Encarregamos o FSB de monitorar a implementação desses padrões e propor, quando necessárias, medidas adicionais até março de 2010.

- *Aprimoramento dos mercados de derivativos de balcão:* Todos os contratos padronizados de derivativos de balcão devem ser negociados em bolsas de valores ou plataformas de negociação eletrônica, conforme o caso, e compensados por contrapartes centrais até o final de 2012, no máximo. Os contratos de derivativos de balcão devem ser reportados às instituições de registro de negócios (*trade repositories*). Os contratos não compensados de forma centralizada devem estar sujeitos a exigências mais elevadas de capital. Pedimos ao FSB e seus membros que avaliem regularmente a implementação, verificando se é suficiente para aprimorar a transparência nos mercados de derivativos, mitiguem o risco sistêmico e protejam contra abusos do mercado.
- *Tratamento das liquidações transnacionais e das instituições financeiras sistemicamente importantes até o fim de 2010:* As empresas financeiras sistemicamente importantes devem desenvolver planos de contingência e de liquidação específicos para a empresa e internacionalmente coerentes. As autoridades devem criar grupos de gestão de crise para as principais firmas transnacionais e um ordenamento jurídico para intervenção em momentos de crise, bem como aprimorar a troca de informações em períodos de tensão. Devemos desenvolver ferramentas e marcos para a liquidação efetiva de grupos financeiros, com o fim de ajudar a mitigar as perturbações causadas pela falência de instituições financeiras e a reduzir o risco moral (*moral hazard*) no futuro. Nossos padrões prudenciais para instituições sistemicamente importantes deveriam ser proporcionais aos custos associados à sua quebra. O FSB deve propor, até o final de outubro de 2010, as medidas possíveis,

incluindo a supervisão mais intensiva e medidas de capital adicional, liquidez e outras exigências prudenciais específicas.

14. Instamos as agências contábeis internacionais a redobrar seus esforços para a consecução de um conjunto único e global de padrões de contabilidade de alta qualidade, no contexto de seu processo independente de estabelecimento de padrões, e a concluir seu projeto de convergência até junho de 2011. O marco institucional do Conselho Internacional de Padrões de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*) deve ampliar ainda mais o envolvimento das diversas partes interessadas.
15. Nosso compromisso de combater jurisdições não-cooperativas (*non-cooperative jurisdictions - NCJs*) tem produzido resultados impressionantes. Estamos comprometidos em manter nosso ímpeto no tratamento de questões como paraísos fiscais, lavagem de dinheiro, proventos da corrupção, financiamento do terrorismo e padrões prudenciais. Saudamos a expansão do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações, incluindo a participação dos países em desenvolvimento, e saudamos o acordo em efetuar um programa efetivo de revisão pelos pares (*“peer review”*). O foco principal do trabalho do Fórum será melhorar a transparência fiscal e a troca de informações para que os países possam aplicar plenamente sua legislação fiscal com o intuito de proteger a base tributária. Estamos prontos para utilizar medidas de combate aos paraísos fiscais a partir de março de 2010. Acolhemos com satisfação o progresso realizado pela Força Tarefa de Ação Financeira (*Financial Action Task Force - FATF*) na luta contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, e instamos o FATF a divulgar, até fevereiro de 2010, uma lista pública das jurisdições de alto risco. Instamos o FSB a relatar os progressos no tratamento das NCJs com relação à cooperação internacional e troca de informações em novembro de 2009, e a iniciar o processo de revisão pelos pares até fevereiro de 2010.
16. O FMI deverá elaborar, para o nosso próximo encontro, relatório a respeito da variedade de opções que os países adotaram, ou consideram adotar, para que o setor financeiro contribua, de forma justa e substancial, para o pagamento de quaisquer ônus associados às intervenções governamentais efetuadas para reparar o sistema bancário.

Modernização de nossas instituições globais para refletir a economia global de hoje

17. A modernização das instituições financeiras internacionais e da arquitetura de desenvolvimento global é essencial para nossos esforços em promover a estabilidade financeira global, fomentar o desenvolvimento sustentável e melhorar a vida dos mais pobres. Saudamos com satisfação o relatório do Primeiro-Ministro Brown sobre a capacidade de resposta e adaptabilidade das instituições financeiras

internacionais, e solicitamos aos nossos Ministros da Fazenda que avaliem suas conclusões.

Reforma do mandato, missão e governança do FMI

18. Nosso compromisso de aumentar os recursos disponíveis para o FMI permitiu que a organização detivesse a propagação da crise aos mercados emergentes e países em desenvolvimento. Esse compromisso, somado às medidas inovadoras adotadas pelo FMI para criar as linhas necessárias para que seus recursos fossem utilizados de forma eficiente e flexível, reduziu os riscos globais. Os capitais fluem novamente para as economias emergentes.
19. Cumprimos nossa promessa de triplicar os recursos disponíveis para o FMI. Estamos contribuindo com mais de US\$ 500 bilhões para um renovado e expandido Novo Arranjo para Empréstimos (*New Arrangements to Borrow – NAB*) do FMI. O FMI realizou alocações de Direitos Especiais de Saque (*Special Drawing Rights – SDR*) da ordem de US\$ 283 bilhões no total, dos quais mais de US\$ 100 bilhões complementarão ativos de reserva existentes nos mercados emergentes e nos países em desenvolvimento. Os recursos provenientes da venda previamente acordada de ouro do Fundo, compatível com o novo modelo de administração de rendas do FMI, e os recursos provenientes de fontes internas e de outras fontes mais do que dobrarão a capacidade de empréstimo concessional do FMI no médio prazo.
20. Nossa resposta coletiva à crise ilustrou tanto os benefícios da cooperação internacional como a necessidade de um FMI mais legítimo e eficaz. O Fundo deve desempenhar um papel fundamental na promoção da estabilidade financeira global e no reequilíbrio do crescimento. Saudamos a reforma das linhas de empréstimos do FMI, incluindo a criação da inovadora Linha de Crédito Flexível. O FMI deve continuar a fortalecer a capacidade de ajudar seus membros a lidarem com a volatilidade financeira, reduzindo a perturbação econômica decorrente de mudanças repentinas nos fluxos de capital e a percepção da necessidade de acúmulo de reservas excessivas. À medida que a recuperação se consolida, trabalharemos em conjunto para fortalecer a capacidade do Fundo de proporcionar supervisão imparcial, sincera e independente dos riscos que enfrentam a economia global e o sistema financeiro internacional. Pedimos ao FMI que apóie nossos esforços no âmbito do Marco para o Crescimento Vigoroso, Sustentável e Equilibrado, por meio da supervisão do marco de políticas dos países e de suas implicações coletivas para a estabilidade financeira e o nível e o padrão do crescimento global.
21. A modernização da governança do FMI é um elemento central do nosso esforço para melhorar a credibilidade, a legitimidade e a eficácia do Fundo. Reconhecemos

que o FMI deve continuar a ser uma organização baseada em quotas e que a distribuição de quotas deve refletir o peso relativo de seus membros na economia mundial, que mudou substancialmente em vista do crescimento vigoroso nos mercados emergentes dinâmicos e nos países em desenvolvimento. Para isso, estamos comprometidos com a transferência das quotas de participação para os mercados emergentes dinâmicos e os países em desenvolvimento de, no mínimo, 5% dos países sobre-representados para os países sub-representados, utilizando a fórmula atual de quotas do FMI como a base para esse trabalho. Estamos também comprometidos em proteger a participação dos votos dos mais pobres no FMI. Sobre essa base, e como parte da revisão das quotas do FMI, a ser concluída em janeiro de 2011, instamos a aceleração dos trabalhos com vistas a uma conclusão bem sucedida da revisão. Como parte dessa revisão, acordamos que uma série de questões deverá ser tratada, incluindo: o tamanho do eventual aumento das quotas do FMI, que terá efeitos sobre a capacidade de facilitar mudanças nas quotas de participação; o tamanho e a composição do Conselho Executivo; formas para ampliar a eficácia do Conselho; e o envolvimento dos Governadores do Fundo na supervisão estratégica do FMI. A diversidade de seu quadro de funcionários deve ser ampliada. Como parte do pacote abrangente de reformas, concordamos que os chefes e diretores seniores de todas as instituições internacionais devem ser nomeados mediante processo aberto, transparente e baseado no mérito. Devemos urgentemente implementar o pacote de reformas de quotas e voz do FMI, acordadas em abril de 2008.

Reformar a missão, o mandato e a governança de nossos bancos de desenvolvimento

22. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) responderam ao nosso apelo, em abril, para acelerar e expandir seus empréstimos, a fim de atenuar o impacto da crise sobre as populações mais pobres do mundo, com instrumentos simplificados de empréstimo, novas ferramentas e linhas e um rápido aumento no volume de empréstimos. Caminham para cumprir a promessa de conceder US\$ 100 bilhões em empréstimos adicionais. Saudamos e encorajamos os BMDs a continuar com o pleno uso de seus balanços. Saudamos também as medidas adicionais, tais como o uso temporário de contribuições resgatáveis de capital, oriundas de um grupo seletivo de doadores, como ocorreu no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossos Ministros da Fazenda devem avaliar de que modo mecanismos como os capitais temporários resgatáveis e de contingência podem ser usados no futuro para aumentar os níveis de empréstimos dos BMDs em períodos de crise. Reafirmamos nosso compromisso de assegurar a disponibilidade de fundos necessários para os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e suas linhas de crédito concessional, especialmente a Agência de Desenvolvimento Internacional (*International Development Agency - IDA*) e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD).

23. Enquanto trabalhamos para atenuar os impactos da crise, devemos fortalecer e reformar a arquitetura global de desenvolvimento, de modo a responder aos desafios mundiais de longo prazo.
24. Concordamos que o desenvolvimento e a redução da pobreza global constituem a essência da missão dos bancos de desenvolvimento. O Banco Mundial e outros BMDs são também fundamentais para nossa capacidade de atuar em conjunto no enfrentamento de desafios, tais como a mudança climática e a segurança alimentar, que são de natureza global e requerem ação globalmente coordenada. O Banco Mundial, trabalhando em conjunto com os bancos regionais de desenvolvimento e outras organizações internacionais, deve fortalecer:
 - seu foco na segurança alimentar, por meio tanto da elevação da produtividade agrícola e do acesso à tecnologia como do aprimoramento do acesso a alimentos, em estreita cooperação com as agências especializadas relevantes;
 - seu foco na segurança e no desenvolvimento humano, nos ambientes mais pobres e desafiadores;
 - o apoio ao crescimento e à infraestrutura impulsionados pelo setor privado, a fim de ampliar as oportunidades para os mais pobres, promovendo a inclusão social e econômica e o crescimento econômico; e
 - as contribuições ao financiamento da transição para uma economia verde, por meio de investimentos em geração e uso de energia limpa sustentável, eficiência energética e adaptação ao clima; isso inclui responder às necessidades dos países de integrar, em suas estratégias básicas de desenvolvimento, as preocupações com a mudança do clima, bem como o aprimoramento de políticas domésticas e o acesso a novas fontes de financiamento relacionado ao clima.
25. Para aprimorar sua eficácia, o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento devem fortalecer a coordenação, sempre que apropriado, com outras instituições bilaterais e multilaterais. Devem também fortalecer a apropriação, por parte dos países receptores, de estratégias e programas e permitir o espaço adequado para políticas públicas.
26. Ajudaremos a assegurar que o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento disponham de recursos suficientes para vencer esses quatro desafios e cumprir com seu mandato para o desenvolvimento, inclusive por meio de uma reavaliação de suas necessidades gerais de aumento de capital, a ser completada até a primeira metade de 2010. Recursos adicionais deverão ser combinados com reformas institucionais importantes para assegurar a eficácia: maior coordenação e divisão mais clara de tarefas, compromisso mais firme com a transparência, prestação de contas e adequada governança corporativa, ampliação da capacidade de inovar e de atingir resultados demonstráveis, e maior atenção às necessidades das populações mais pobres.

27. Comprometemo-nos a buscar reformas de governança e de eficácia operacional, em conjunto com reformas dos votos, para garantir que o Banco Mundial seja relevante, eficaz e legítimo. Frisamos a importância de avançar, ao longo do tempo, rumo ao poder de voto equitativo no Banco Mundial, por meio da adoção de fórmula dinâmica que reflita, em primeiro lugar, a evolução do peso econômico dos países e a missão de desenvolvimento do Banco Mundial, e que gere, na próxima revisão da participação acionária, aumento significativo de, pelo menos, 3% do poder de voto de países em desenvolvimento e em transição, além do aumento de 1,46% que ocorreu na primeira fase desse importante ajuste, em benefício dos países sub-representados. Tendo presente a contribuição dos países sobre-representados, será importante proteger o poder de voto dos países pobres menores. Assumimos, novamente, o compromisso de chegar a acordo até as Reuniões de Primavera de 2010.

Segurança energética e mudança do clima

28. O acesso a energias diversificadas, confiáveis, de baixo custo e limpas é crucial para o crescimento sustentável. Mercados ineficientes e a alta volatilidade afetam negativamente tanto produtores como consumidores. Tomando nota dos Princípios de São Petersburgo sobre a Segurança Energética Global, que reconhecem, na promoção da segurança energética global, o interesse compartilhado de países produtores, consumidores e de trânsito de energia, comprometemo-nos, individual e coletivamente, a:
- Elevar a transparência e a estabilidade dos mercados de energia por meio da publicação completa, precisa e oportuna de dados sobre o refino, consumo, produção e níveis de estoque de petróleo, conforme apropriado, em períodos regulares, preferencialmente mensais, a partir de janeiro de 2010. Registramos a Iniciativa Conjunta de Dados do Petróleo, administrada pelo Fórum Energético Internacional (*International Energy Forum - IEF*), e saudamos seus esforços para examinar a ampliação da coleta de dados sobre gás natural. Aprimoraremos nossa capacidade interna para reunir dados sobre energia, bem como a capacidade de previsão de oferta e demanda de energia e solicitamos à Agência Internacional de Energia (AIE) e à Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que incrementem seus esforços com vistas a ajudar os países interessados a desenvolverem suas capacidades. Fortaleceremos o diálogo produtor-consumidor, a fim de aprofundar o conhecimento dos fundamentos de mercado, incluindo tendências de oferta e demanda e volatilidade de preços, e registramos os trabalhos do grupo de peritos do IEF.
 - Aperfeiçoar a supervisão regulatória dos mercados de energia, mediante a implementação das recomendações da Organização Internacional de Comissões de Valores (*International Organization of Securities Commissions - IOSCO*) sobre

mercados futuros de produtos básicos (*commodities*) e a solicitação aos reguladores relevantes de que colem dados sobre as maiores concentrações de posições nesses mercados futuros. Solicitamos a nossos reguladores que relatem, em nossa próxima reunião, os progressos de implementação. Direcionaremos os reguladores a também reunir dados referentes aos mercados de balcão (*over-the-counter*) de petróleo, bem como a tomar medidas para combater a manipulação de mercado que acarrete excessiva volatilidade de preços. Instamos a realização de ajustes e melhorias adicionais no que se refere às informações dos mercados de produtos básicos (*commodities*), incluindo a publicação de dados desagregados e mais detalhados e, na medida do possível, coordenados em nível internacional. Solicitamos à IOSCO que auxilie os governos nacionais no desenho e implementação de tais políticas, que conduza análises adicionais, incluindo a questão da volatilidade de preços, que efetue recomendações específicas e que relate periodicamente os resultados obtidos.

29. A ampliação de nossa eficiência energética pode representar um fator importante e positivo na promoção da segurança energética e no combate à mudança do clima. Subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis estimulam os desperdícios de consumo, distorcem os mercados, constroem os investimentos em fontes de energia limpa e enfraquecem os esforços para lidar com a mudança do clima. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a AIE concluíram que a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis até 2020 reduziria em dez por cento, no ano 2050, as emissões globais de gases de efeito estufa. Muitos países estão reduzindo os subsídios a combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que impedem impactos adversos sobre as camadas mais pobres. Com base nesses esforços e reconhecendo os desafios que se apresentam às populações afligidas pela escassez energética, comprometemo-nos a:
- Racionalizar e eliminar gradualmente, no médio prazo, os subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis que promovem o consumo com desperdício. Paralelamente, reconhecemos a importância de assegurar os serviços de energia essenciais aos mais necessitados, inclusive mediante o emprego de transferências monetárias dirigidas e outros mecanismos apropriados. Esta reforma não afeta nosso apoio às energias limpas e renováveis e às tecnologias capazes de reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa. Nossos Ministros da Fazenda e de Energia formularão, com base em suas circunstâncias nacionais, estratégias e cronogramas de implementação, e se reportarão aos Líderes na próxima Cúpula. Solicitamos às instituições financeiras internacionais que dêem apoio aos países envolvidos nesse processo. Instamos os países a adotarem políticas com vistas à eliminação gradual desses subsídios.
30. Solicitamos a instituições relevantes, como a AIE, a OPEP, a OCDE e o Banco Mundial, que elaborem uma análise acerca da abrangência dos subsídios

energéticos, forneçam sugestões para a implementação desta iniciativa e apresentem suas ações na próxima Cúpula.

31. Aumentar a oferta de energia limpa e renovável, melhorar a eficiência energética e promover a conservação de energia constituem medidas cruciais para proteger o meio ambiente, fomentar o crescimento sustentável e enfrentar a ameaça representada pela mudança do clima. A rápida adoção de tecnologias energéticas limpas e renováveis e de medidas de eficiência energética diversifica nossas fontes de energia e fortalece nossa segurança energética. Comprometemo-nos a:
 - Estimular investimentos em energia limpa e renovável e em eficiência energética, bem como fornecer apoio técnico e financeiro a projetos dessa natureza nos países em desenvolvimento.
 - Adotar providências para facilitar a difusão ou transferência de tecnologias de energia limpa, incluindo a condução conjunta de pesquisas e o desenvolvimento de capacidades. A redução ou eliminação de barreiras ao comércio e os investimentos nessa área vêm sendo discutidos e devem ser buscados voluntariamente nos foros apropriados.
32. Como líderes das maiores economias do mundo, estamos trabalhando em favor de uma recuperação econômica duradoura, sustentável e verde. Sublinhamos nossa determinação renovada de enfrentar a perigosa ameaça da mudança do clima. Reafirmamos os objetivos, disposições e princípios estabelecidos pelo arcabouço da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), incluindo as responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Observamos os princípios endossados pelos líderes das maiores economias no Fórum de L'Aquila, na Itália. Intensificaremos nossos esforços, em cooperação com outras partes, para alcançar um acordo em Copenhague por meio das negociações da UNFCCC. O acordo deve incluir mitigação, adaptação, tecnologia e financiamento.
33. Saudamos os trabalhos dos Ministros da Fazenda e os instamos a apresentar relatório, em sua próxima reunião, com um leque de opções possíveis para o financiamento da mudança do clima, que sirva como fonte a ser considerada nas negociações da UNFCCC em Copenhague.

Fortalecer o apoio para os mais vulneráveis

34. Muitas economias emergentes e em desenvolvimento empreenderam grande esforço em elevar seus padrões de vida e fazer com que suas economias convirjam para os níveis de produtividade e padrões de vida das economias avançadas. Esse processo foi interrompido pela crise e ainda está longe de ser concluído. Os países mais pobres apresentam baixos níveis de reserva econômica para proteger as populações vulneráveis de calamidades, particularmente desde que a crise

financeira se seguiu imediatamente ao aumento global nos preços dos alimentos. Observamos com preocupação os efeitos adversos da crise global sobre a capacidade dos países de baixa renda de protegerem suas despesas básicas cruciais, em áreas como saúde, educação, seguridade social e infra-estrutura. O novo Sistema de Alerta de Vulnerabilidade de Impacto Global, das Nações Unidas, auxiliará nos esforços para monitorar o impacto da crise sobre os mais vulneráveis. Compartilhamos uma responsabilidade coletiva na mitigação dos impactos sociais da crise e em assegurar a participação de todas as partes do globo na recuperação econômica.

35. Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) desempenham papel-chave na luta contra a pobreza. Reconhecemos a necessidade de apoios financeiros concessionais acelerados e adicionais aos países de baixa renda, para amortecer o impacto da crise nos mais pobres, saudamos o aumento de empréstimos dos BMDs durante a crise e apoiamos os BMDs para que disponham dos recursos necessários para evitar a interrupção de financiamentos concessionais para os países mais vulneráveis. O FMI também tem aumentado seus empréstimos concessionais aos países de baixa renda durante a crise. Os recursos provenientes da venda de ouro do FMI, compatível com o novo modelo de administração de rendas, e os recursos provenientes de fontes internas e de outras fontes dobrarão a capacidade de empréstimo concessional do Fundo no médio prazo.
36. Vários países consideram a criação, em bases voluntárias, de mecanismos que permitam, de acordo com as circunstâncias nacionais, a mobilização dos recursos existentes em DES para apoiar os empréstimos concessionais do FMI aos países mais pobres. Mesmo enquanto trabalhamos na mitigação dos impactos da crise, devemos fortalecer e reformar a arquitetura de desenvolvimento global para que possa responder aos desafios mundiais de longo prazo. Solicitamos aos nossos Ministros que explorem os benefícios de uma nova linha de apoio contra crises na Agência de Desenvolvimento Internacional, a fim de proteger os países de baixa renda contra futuras crises, ampliando o uso de instrumentos financeiros para proteger, contra interrupções em tempos de crise, os planos de investimentos dos países de renda média, inclusive mediante maior uso de garantias.
37. Reafirmamos tanto nosso compromisso histórico de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, como as respectivas promessas de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), inclusive os compromissos relativos à “Ajuda para o Comércio” (*“Aid for Trade”*), alívio de dívida e os que foram efetuados em Gleneagles, especialmente em favor da África subsaariana, para 2010 e os anos subsequentes.
38. Mesmo antes da crise, muitos ainda sofriam com a fome e pobreza, e ainda maior número de pessoas carecia de acesso a energia e financiamento. Reconhecendo

que a crise agravou essa situação, comprometemo-nos a cooperar para melhorar o acesso a alimentos, combustíveis e financiamento para os pobres.

39. Recursos financeiros sustentáveis e investimentos direcionados são urgentemente necessários para aprimorar a segurança alimentar de longo prazo. Saudamos e apoiamos a iniciativa anunciada em L'Aquila e os esforços para implementar a Parceria Global para Agricultura e Segurança Alimentar e para enfrentar a volatilidade excessiva de preços. Instamos o Banco Mundial a trabalhar com doadores e organizações interessados para que desenvolvam um fundo fiduciário (*trust fund*) multilateral para elevar os montantes da assistência agrícola para os países de baixa renda. Isso ajudará a apoiar esforços inovadores, bilaterais e multilaterais, para melhorar a nutrição global e construir sistemas agrícolas sustentáveis, inclusive programas como os desenvolvidos pelo Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola da África (*Comprehensive African Agricultural Development Program - CAADP*). É preciso que sejam desenhados de modo a garantir sua apropriação nacional e o rápido desembolso de recursos, respeitando-se inteiramente os princípios de efetividade acordados em Acra, e a facilitar a participação de fundações privadas, empresas e ONGs nesse esforço histórico. Esses esforços devem complementar o Marco Abrangente das Nações Unidas para a Agricultura (*UN Comprehensive Framework for Agriculture*). Instamos a coordenação de esforços entre o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a ONU, a FAO, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Programa Mundial para a Alimentação (*World Food Programme*) e outras partes interessadas, inclusive mediante mecanismos liderados pelos países, a fim de complementar e fortalecer outros esforços multilaterais e bilaterais para tratar da insegurança alimentar.
40. Para ampliar o acesso a energia, promoveremos a disponibilidade de recursos para fontes de energia limpa e acessível ao mundo em desenvolvimento. Assumimos o compromisso, de forma voluntária, de financiar programas para a consecução desse objetivo, como o Programa de Ampliação da Energia Renovável (*Scaling Up Renewable Energy Program*) e a Iniciativa de Energia para os Pobres (*Energy for the Poor Initiative*), e de aumentar e harmonizar ainda mais nossos esforços bilaterais.
41. Comprometemo-nos a aprimorar o acesso a serviços financeiros pelos pobres. Concordamos em apoiar a expansão segura e vigorosa de novas formas de serviços financeiros acessíveis aos pobres e, apoiados no exemplo do microcrédito, ampliaremos os modelos bem-sucedidos de financiamento a pequenas e médias empresas. Trabalhando com o Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres (*Consultative Group to Assist the Poor - CGAP*), a Corporação Financeira Internacional (*International Finance Corporation*) e outras organizações internacionais, vamos lançar um Grupo de Peritos do G-20 sobre Inclusão Financeira. O Grupo identificará as lições aprendidas com abordagens inovadoras

sobre a oferta de serviços financeiros aos mais pobres, promoverá abordagens bem-sucedidas de políticas e de regulação e elaborará padrões de acesso financeiro, conhecimento financeiro e proteção ao consumidor. Comprometemo-nos a lançar o *Desafio Financeiro do G-20 para Pequenas e Médias Empresas*, um chamado ao setor privado para que apresente as melhores propostas sobre como o financiamento público pode, em bases sustentáveis e progressivas, maximizar a disponibilidade de financiamento privado.

42. Enquanto aumentamos o fluxo de capitais para os países em desenvolvimento, precisamos também evitar as saídas ilegais de capitais. Trabalharemos com o programa de Recuperação de Ativos Roubados (*Stolen Assets Recovery*) do Banco Mundial para garantir o retorno de ativos roubados para os países em desenvolvimento e apoiar outros esforços para impedir fluxos ilícitos. Solicitamos ao Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (*Financial Action Task Force – FATF*) que ajude a detectar e impedir os proventos de corrupção, priorizando os trabalhos de fortalecimento dos padrões relativos à verificação dos correntistas, controle da gestão de ativos de terceiros e transparência. Tomamos nota dos princípios da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento (*Paris Declaration on Aid Effectiveness*) e da Agenda de Ação de Acra (*Accra Agenda for Action*) e trabalharemos para aprimorar a transparência dos fluxos de assistência internacional até 2010. Solicitamos a adoção e o reforço das leis contra suborno transnacional, tais como a Convenção Anti-Suborno da OCDE, e a ratificação, pelo G-20, da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, bem como a adoção, durante a terceira Conferência das Partes em Doha, de um mecanismo efetivo, transparente e inclusivo para a revisão de sua implementação. Apoiamos a participação voluntária na Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativistas (*Extractive Industries Transparency Initiative*), que insta à divulgação pública regular dos pagamentos das indústrias extrativistas aos governos e à verificação, mediante os recibos registrados, do recebimento desses recursos pelos governos.

Colocando os empregos de qualidade no centro da recuperação econômica

43. A reação rápida, vigorosa e sustentada de nossos países salvou ou gerou milhões de empregos. De acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nossos esforços terão gerado ou salvado de 7 a 11 milhões de empregos, pelo menos, até o fim deste ano. Sem ações sustentadas, é provável que o desemprego continue a crescer em muitos de nossos países, mesmo depois da estabilização da economia, com impactos desproporcionalmente maiores para os segmentos mais vulneráveis de nossa população. Com a retomada do crescimento, todos os países devem assegurar rapidamente a recuperação dos níveis de emprego. Comprometemo-nos a implementar planos de recuperação econômica que apoiem o trabalho decente, ajudem a preservar o emprego e

priorizem a criação de postos de trabalho. Além disso, continuaremos a gerar renda, proteção social e apoio ao treinamento para os desempregados e para aqueles com maior risco de desemprego. Concordamos que os desafios atuais não justificam o desrespeito ou o enfraquecimento de padrões trabalhistas internacionalmente reconhecidos. Para assegurar os amplos benefícios do crescimento global, devemos implementar políticas compatíveis com os princípios fundamentais e os direitos vigentes da OIT.

44. Nosso novo Marco para o Crescimento Vigoroso, Sustentável e Equilibrado requer reformas estruturais para criar mercados de trabalho mais inclusivos, políticas ativas de mercado de trabalho, educação de qualidade e programas de treinamento. Cada um de nossos países precisará fortalecer, por meio de suas próprias políticas nacionais, a habilidade de nossos trabalhadores em se adaptar a novas demandas do mercado e se beneficiar da inovação e dos investimentos em novas tecnologias, energia limpa, meio ambiente, saúde e infra-estrutura. Já não é mais suficiente treinar os trabalhadores para atender as necessidades atuais e específicas; devemos assegurar acesso a programas de treinamento que apoiem o desenvolvimento de aptidões de longo prazo e tenham foco nas necessidades futuras do mercado. Os países desenvolvidos deverão apoiar os países em desenvolvimento na construção e fortalecimento da capacitação nessa área. Essas medidas ajudarão a assegurar que os ganhos gerados por novas invenções e a reversão dos atuais obstáculos ao crescimento sejam amplamente compartilhados.
45. Prometemos apoiar esforços profundos de treinamento em nossas estratégias de crescimento e de investimento. Reconhecemos que os programas de trabalho e de treinamento bem-sucedidos são geralmente desenvolvidos com os empregadores e os empregados em conjunto, e instamos a OIT, em parceria com outras organizações, a reunir seus colaboradores e as ONGs a fim de desenvolver uma estratégia de treinamento para nossa apreciação.
46. Concordamos quanto à importância de se construir um marco para o crescimento econômico futuro voltado para a geração de empregos. Nesse contexto, reafirmamos a importância da Conferência de Londres sobre Empregos e da Cúpula Social de Roma. Saudamos também a recém-adotada Resolução da OIT sobre Recuperação da Crise: um Pacto Global pelo Emprego, e assumimos o compromisso, em nossos países, de adotar elementos-chave de seu marco de trabalho geral para avançar na dimensão social da globalização. As instituições internacionais deverão considerar os padrões da OIT e os objetivos do Pacto pelo Emprego em suas análises da crise e do pós-crise, e em suas atividades de elaboração de políticas.
47. Para assegurar a continuidade de nosso foco nas políticas para a geração de empregos, o Presidente da Cúpula de Pittsburgh solicitou ao seu Secretário do

Trabalho que convide nossos Ministros do Emprego e do Trabalho para que se reúnam no início de 2010, a fim de, em consulta com membros da comunidade sindical e empresarial, ampliar as discussões que se iniciarão na vindoura reunião Ministerial da OCDE de Emprego e Trabalho sobre a crise do emprego. Instruímos nossos Ministros a avaliar a evolução da situação do emprego, rever os relatórios da OIT e de outras organizações sobre o impacto das políticas que adotamos, relatar se seriam desejáveis medidas adicionais e considerar a adoção de políticas de médio prazo de emprego e de capacitação, de programas de proteção social e de boas práticas que assegurem que os trabalhadores estejam preparados para aproveitar os avanços nas áreas científicas e tecnológicas.

Uma economia aberta e global

48. Continuar a revitalização do comércio e dos investimentos mundiais é essencial para a recuperação do crescimento global. É imperativo que nos unamos para lutar contra o protecionismo. Acolhemos a rápida implementação da iniciativa de financiamento ao comércio no valor de US\$ 250 bilhões. Manteremos os mercados abertos e liberalizados e reafirmamos nossos compromissos firmados em Washington e em Londres: abstermo-nos de elevar barreiras ou impor novas barreiras aos investimentos e ao comércio de bens e serviços, de impor novas restrições à exportação ou adotar medidas incompatíveis com a Organização Mundial do Comércio (OMC) para estimular exportações, e de retificar essas medidas, caso adotadas. Evitaremos qualquer impacto negativo de nossas políticas domésticas sobre o comércio e os investimentos, inclusive de políticas fiscais e de apoio ao setor financeiro. Não recorreremos ao protecionismo financeiro, em particular a quaisquer medidas que restrinjam os fluxos internacionais de capitais, sobretudo os direcionados para os países em desenvolvimento. Notificaremos prontamente a OMC sobre qualquer medida comercial relevante. Acolhemos o último relatório conjunto da OMC, OCDE, FMI e UNCTAD, e solicitamos a estas organizações que continuem a monitorar a situação, dentro de seus respectivos mandatos, relatando publicamente esses compromissos a cada trimestre.
49. Continuamos decididos a aprofundar a liberalização comercial. Estamos determinados a buscar uma conclusão ambiciosa e equilibrada da Rodada do Desenvolvimento de Doha em 2010, em conformidade com seu mandato e com base no progresso já alcançado, inclusive no que se refere a modalidades. Reconhecemos a necessidade de que os países se concentrem diretamente entre si, no âmbito da OMC, tendo sempre presente a relevância do processo multilateral, a fim de avaliar e eliminar as lacunas remanescentes. Observamos que, para concluir as negociações em 2010, a eliminação dessas lacunas deve ser efetuada o mais rapidamente possível. Solicitamos aos nossos ministros que façam um balanço da situação no início de 2010, no mais tardar, tendo em conta os resultados do programa de trabalho acordado em Genebra na esteira da Reunião Ministerial de

Cúpula de Pittsburgh – Declaração dos Líderes

Nova Deli, e busquem progredir em Agricultura, Acesso a Mercados de Bens Não-Agrícolas, Serviços, Regras, Facilitação de Comércio e todas as outras questões remanescentes. Seguiremos engajados e revisaremos o estado das negociações em nossa próxima reunião.

A partir de Pittsburgh

50. Hoje, designamos o G-20 como o principal foro para nossa cooperação econômica internacional. Pedimos aos nossos representantes que apresentem, na próxima reunião, recomendações sobre como maximizar a eficácia de nossa cooperação. Concordamos em realizar Cúpula do G-20 no Canadá, em junho de 2010, e na Coreia do Sul, em novembro de 2010. Esperamos, a partir de então, encontros anuais, e nos reuniremos na França em 2011.
-

ANEXO: Valores Básicos para a Atividade Econômica Sustentável

1. A crise econômica demonstra a importância de dar início a uma nova era de atividade econômica global sustentável, fundamentada na responsabilidade. A crise atual, uma vez mais, confirmou que nosso crescimento e prosperidade estão inter-relacionados, e que nenhuma região do planeta pode isolar-se no contexto de uma economia mundial globalizada.
2. Nós, Líderes dos países reunidos para a Cúpula de Pittsburgh, reconhecemos que a ação concertada é necessária para ajudar nossas economias a retornar para bases estáveis e a um futuro sólido. Assumimos o compromisso de adotar ações responsáveis para assegurar que cada um dos interessados – consumidores, trabalhadores, investidores, empresários – participe de uma economia global equilibrada, equitativa e inclusiva.
3. Compartilhamos a meta primordial de promover maior prosperidade para nossos povos por meio do crescimento equilibrado no interior das nações e entre elas; por meio de estratégias econômicas, sociais e ambientais coerentes; e por meio de sistemas financeiros robustos e da cooperação internacional eficaz.
4. Reconhecemos que existem diferentes abordagens para o desenvolvimento econômico e a prosperidade e que as estratégias para atingir essas metas podem variar conforme as circunstâncias de cada país.
5. Concordamos também que alguns princípios-chave são fundamentais, e é nesse espírito que assumimos o compromisso de respeitar os seguintes valores básicos:
 - Temos a responsabilidade de assegurar políticas macroeconômicas sólidas, que atendam os objetivos econômicos de longo prazo e ajudem a evitar desequilíbrios globais insustentáveis.
 - Temos a responsabilidade de rejeitar o protecionismo em todas as suas formas, apoiar a abertura dos mercados, estimular a concorrência justa e transparente, e promover o espírito empreendedor e a inovação nos vários países.
 - Temos a responsabilidade de assegurar, mediante normas e incentivos adequados, que os mercados financeiros e outros mercados funcionem com base na correção, na integridade e na transparência, e de estimular as empresas a apoiar a alocação eficiente de recursos para o desempenho econômico sustentável.
 - Temos a responsabilidade de zelar por mercados financeiros que atendam as necessidades das famílias, das empresas e do investimento produtivo, por meio da supervisão fortalecida, da transparência e da responsabilização.

Cúpula de Pittsburgh – Declaração dos Líderes

- Temos a responsabilidade de garantir nosso futuro por meio do consumo, da produção e do uso sustentável de recursos, de modo a conservar nosso meio ambiente e enfrentar o desafio da mudança do clima.
- Temos a responsabilidade de investir nas pessoas por meio da educação, da formação profissional, de condições de trabalho decentes, da assistência médica e social e de redes de proteção social, bem como de combater a pobreza, a discriminação e todas as formas de exclusão social.
- Temos a responsabilidade de reconhecer que todas as economias, ricas e pobres, são parceiras na construção de uma economia global sustentável e equilibrada, na qual os benefícios do crescimento econômico sejam compartilhados de forma ampla e equitativa. Temos também a responsabilidade de atingir as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente.
- Temos a responsabilidade de assegurar uma arquitetura econômica e financeira internacional que reflita as mudanças na economia mundial e os novos desafios da globalização.

ANEXO: Marco para o Crescimento Vigoroso, Sustentável e Equilibrado

1. Nossos países têm a responsabilidade conjunta de adotar políticas que busquem um crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado, bem como de promover um sistema financeiro internacional resiliente, para assim colher os benefícios de uma economia global aberta. Para a obtenção destes objetivos, reconhecemos que nossas estratégias podem variar entre os países. Em nosso Marco para o Crescimento Vigoroso, Sustentável e Equilibrado, iremos:
 - implementar políticas fiscais responsáveis, atentas a considerações de flexibilidade de curto prazo e a exigências de sustentabilidade de longo prazo;
 - fortalecer a supervisão financeira, de modo a prevenir a reemergência, no sistema financeiro, do crescimento excessivo do crédito e da alavancagem bancária, além de implementar políticas regulatórias e prudenciais em nível macroeconômico, de modo a evitar que os movimentos cíclicos do crédito e dos preços dos ativos se tornem forças desestabilizadoras;
 - promover o equilíbrio nas transações correntes, apoiar o livre comércio de bens e de investimentos, de modo a alcançar o crescimento sustentável e a prosperidade global, rejeitando abertamente a adoção de medidas protecionistas;
 - implementar políticas monetárias compatíveis com a estabilidade de preços, num ambiente de taxas de câmbio orientadas pelo mercado e que reflitam os fundamentos econômicos subjacentes;
 - implementar reformas estruturais que elevem nossas taxas de crescimento potencial, e, onde necessário, melhorar as redes de segurança social; e
 - promover o desenvolvimento econômico sustentável e equilibrado, de modo a restringir os desequilíbrios de desenvolvimento e reduzir a pobreza.

2. Reconhecemos que o processo para garantir o crescimento global mais equilibrado deve ser empreendido de forma ordenada. Todos os membros do G-20 concordam em enfrentar as deficiências em suas respectivas economias.
 - Os membros do G-20 com déficits externos significativos e recorrentes comprometem-se a implementar políticas de apoio à poupança privada e promover o ajuste fiscal, bem como manter abertos seus mercados e fortalecer seus setores exportadores.
 - Os membros do G-20 com superávits externos significativos e recorrentes comprometem-se a fortalecer suas fontes domésticas de crescimento. A depender das circunstâncias nacionais, pode-se incluir o aumento dos investimentos, a redução de distorções nos mercados financeiros, o impulso à produtividade do setor de serviços, a melhoria das redes de seguridade social e a eliminação de restrições ao crescimento da demanda.

3. Cada membro do G-20 detém a responsabilidade primária pela administração sólida de sua economia. Os membros do G-20 têm, também, a responsabilidade, perante a comunidade internacional, de assegurar a saúde geral da economia global. Consultas regulares, cooperação reforçada de políticas macroeconômicas, intercâmbio de experiências em políticas estruturais e avaliações contínuas podem fortalecer nossa cooperação e promover a adoção de políticas sólidas. Como parte de nosso processo de avaliação mútua:
 - Os membros do G-20 acordarão objetivos comuns de políticas econômicas. Esses objetivos devem ser atualizados, de acordo com a evolução das circunstâncias.
 - Os membros do G-20 estabelecerão seus respectivos marcos de política econômica de médio prazo e trabalharão em conjunto para avaliar as implicações de nossas políticas nacionais sobre o nível e o padrão de crescimento global, bem como para identificar potenciais riscos para a estabilidade financeira.
 - Os membros do G-20, com base nos resultados das avaliações mútuas, considerarão e acordarão medidas para atender os objetivos comuns.

 4. Instamos nossos Ministros da Economia a desenvolver um processo de avaliação mútua, de modo a analisar as implicações coletivas das políticas nacionais sobre a economia mundial. Para atingir esse objetivo, nossos Ministros da Fazenda devem, com a assistência do FMI:
 - Aperfeiçoar a avaliação dinâmica dos desenvolvimentos econômicos do G-20, a fim de contribuir para a análise da compatibilidade dos padrões de oferta, demanda, crédito, dívidas e reservas internacionais com o crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado.
 - Avaliar as implicações e consistência das políticas monetária e fiscal, do crescimento do crédito e dos mercados de ativos, da evolução das trocas internacionais, dos preços dos produtos básicos (*commodities*) e de energia, bem como dos desequilíbrios em transações correntes.
 - Informar regularmente, tanto o G-20 quanto o IMFC, dos desenvolvimentos econômicos globais, riscos básicos e preocupações com o padrão de crescimento, e das sugestões de ajustes de políticas do G-20, individual e coletivamente.
-